



Avaliação de Efetividade
de Projetos com Foco em

Atividades Produtivas Sustentáveis no Fundo Amazônia

Assentamentos Sustentáveis
na Amazônia (IPAM)

Julho de 2024





**AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE DE PROJETOS
COM FOCO EM ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS
NO ÂMBITO DO FUNDO AMAZÔNIA/ BNDES**

RELATÓRIO PRELIMINAR DA AVALIAÇÃO

Projeto avaliado

Assentamentos Sustentáveis da Amazônia

Avaliadoras

Cecília Simões

Débora Almeida

Julho de 2024



Relatório de Avaliação de Efetividade de Projetos com foco em Atividades Produtivas Sustentáveis no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES

Esse relatório apresenta os resultados da avaliação de efetividade *ex post* de projetos no tema de Atividades Produtivas Sustentáveis no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES. A avaliação foi realizada por uma equipe formada por consultoras independentes sob a coordenação da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ)*, no âmbito da cooperação técnica com o BNDES acerca do Fundo Amazônia. Todas as opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade das autoras, não refletindo necessariamente a posição da GIZ e do BNDES.

Equipe de avaliação

Cecília Simões

Débora Almeida

Coordenação da Avaliação

[*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ GmbH*]

Ester Maria Gomila Pons

Juliana Passos de Mello



Por meio de:



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA





Índice

Ficha do Projeto	6
1. RESUMO DO PROJETO.	7
2. LÓGICA DE INTERVENÇÃO	8
3. METODOLOGIA ESPECÍFICA	9
4. CONTEXTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO	10
5. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	10
6. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA OCDE E SALVAGUARDAS DE REDD+, E TRANSVERSAIS	27
7. AVALIAÇÃO GERAL	30
8. CONCLUSÃO E LIÇÕES APRENDIDAS	31

Siglas e Acrônimos

APS	Atividades Produtivas Sustentáveis
APP	Área de Preservação Permanente
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ADAI	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
GIZ	<i>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH</i>
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOV	Instituto Ouro Verde
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
MAB	Movimentos dos Atingidos por Barragens
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Programa Alimenta Brasil

PAS	Projeto Assentamentos Sustentáveis
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPCDAM	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PSA	Pagamento por Serviço Ambiental
QL	Quadro Lógico
RAE	Relatório de Avaliação de Efetividade
REDD+	Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (+ conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal)
RSPA	Rede Sementes do Portal da Amazônia
SAFS	Sistemas Agroflorestais
SISCOS	Sistema de Comercialização Solidária
SSP	Sistema Silvopastoril
TDR	Termo de Referência
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNEMAT	Universidade Estadual de Mato Grosso
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (<i>United Nations Framework Convention on Climate Change</i>)



Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia

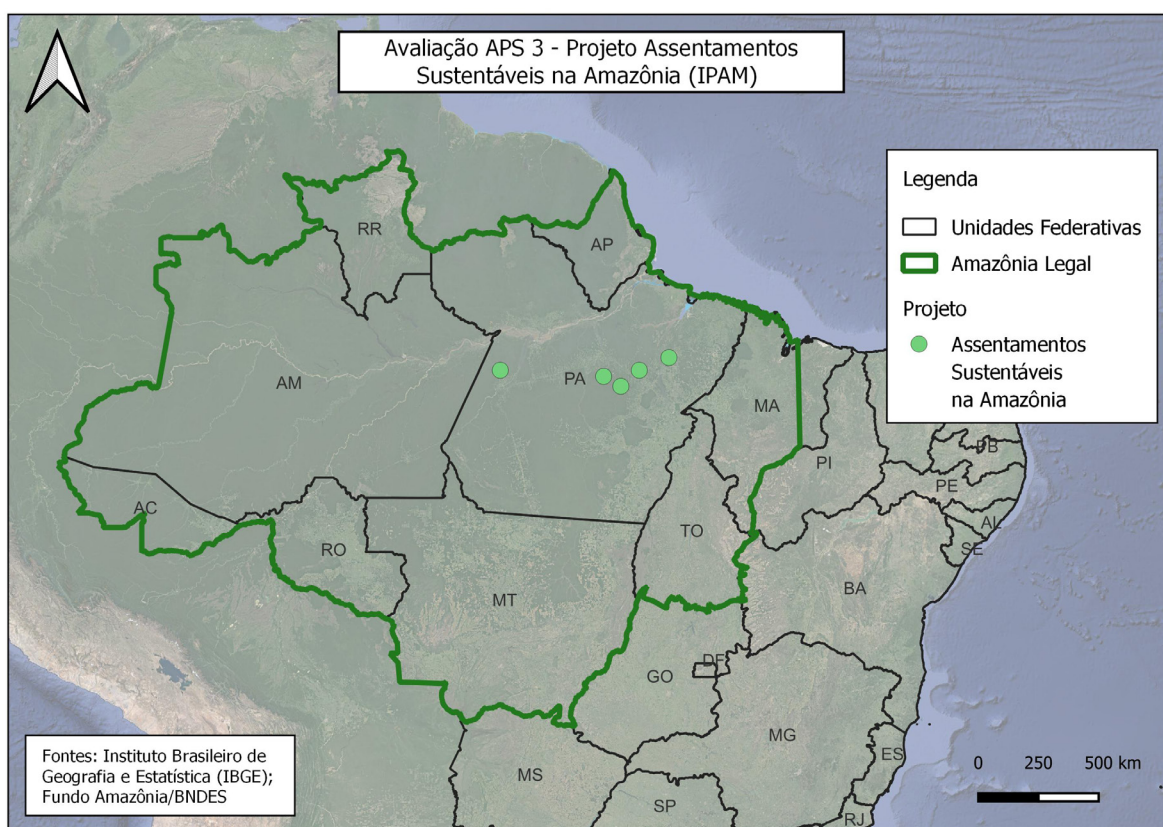
Ficha do Projeto			
Título do Projeto:	Assentamentos Sustentáveis na Amazônia	Organismo responsável:	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
Período do Projeto:	14/02/2012 - 16/08/2022	Abrangência Territorial:	Pará
Beneficiários/as:	Assentados da reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) nos municípios de Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio, Mojuí dos Campos e Aveiros.		
Objetivos:	Apoiar, em assentamentos do Incra no oeste do Pará, o desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e a implementação de pagamento por serviços ambientais (PSA) a famílias compromissadas com a redução do desmatamento.		
Prazo de execução:	64 meses		
Valor total do projeto:	R\$ 24.397.144,00	Valor do apoio do Fundo Amazônia:	R\$ 23.408.189,46
Data da contratação:	14.02.2012	Data da conclusão:	16.08.2022

Fonte: Sítio Eletrônico do Fundo Amazônia, acessado em 28/02/24, disponível em: <<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Assentamentos-Sustentaveis-na-Amazonia/>>

1. Resumo do Projeto

O projeto *Assentamentos Sustentáveis na Amazônia* (PAS), teve como objetivo desenvolver e implantar um modelo demonstrativo de produção agrícola familiar sustentável no oeste do estado do Pará, associado, em um dos territórios alvo, a pagamento por serviços ambientais (PSA) às famílias que mantiveram o compromisso com a redução do desmatamento.

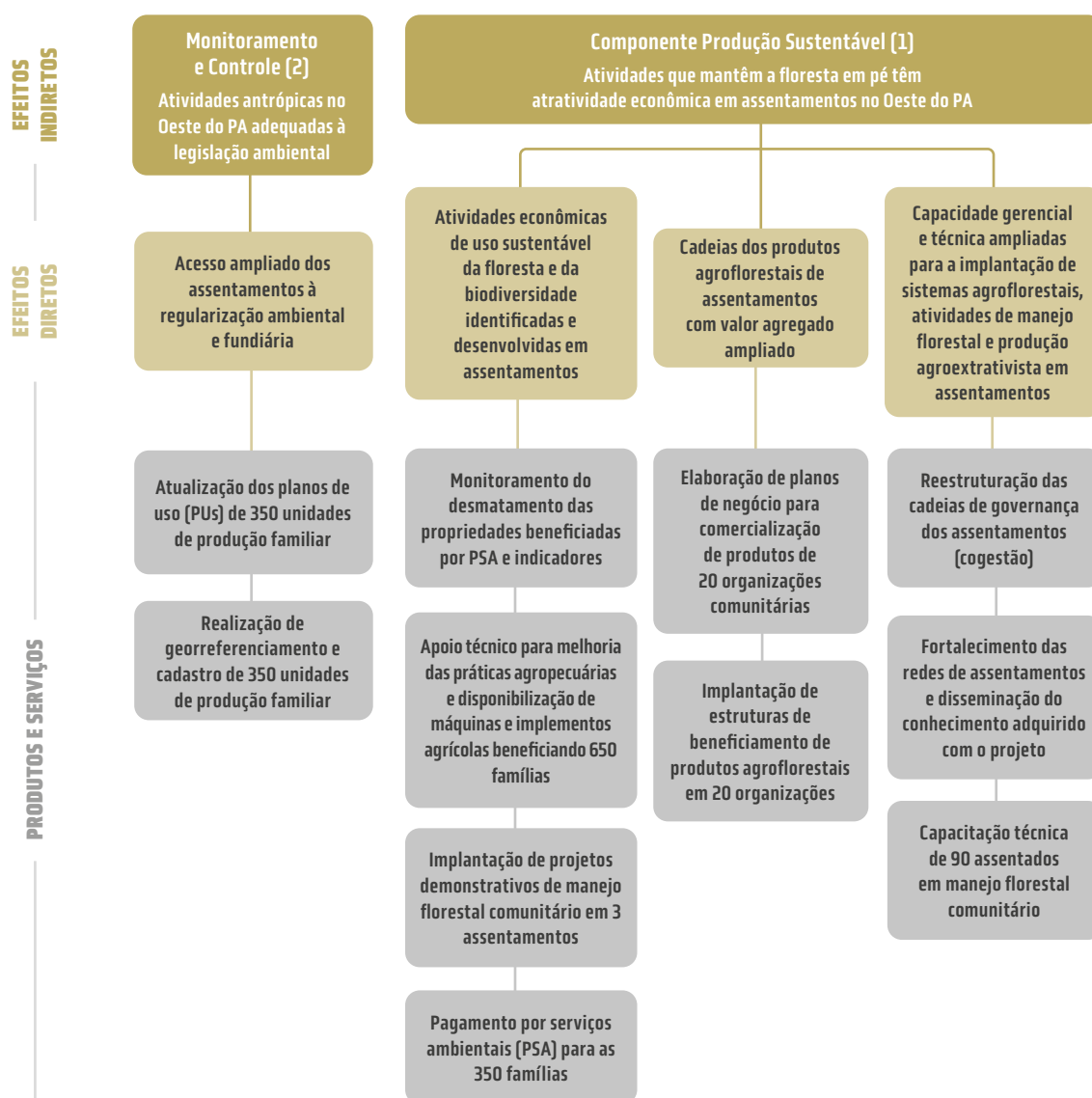
Para atingir esse objetivo, o projeto foi estruturado em duas componentes: (i) desenvolvimento e implantação de modelo de produção sustentável em pequenas propriedades rurais localizadas em três projetos de assentamentos (PAs) da reforma agrária; e (ii) pagamento pelo desmatamento evitado para 350 famílias do entorno da BR-230 – Rodovia Transamazônica. O trabalho incluiu também a realização de etapas preparatórias para a regularização ambiental dessas propriedades familiares.




2. Lógica de Intervenção

O projeto *Assentamentos Sustentáveis na Amazônia* se inseriu, inicialmente, nas componentes Produção Sustentável (1), Monitoramento e Controle (2) e Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Ao longo de sua implementação, no entanto, a componente de ampliação das áreas de terras com situação fundiária regular no entorno da BR-230 foi reformulada em ações de regularização ambiental no mesmo território, tendo sido integrada à componente de regularização ambiental. Ao final, o projeto, acordado junto ao financiador, apresentou o Quadro Lógico da **Figura 1**.

Figura 1 Quadro Lógico do Projeto *Assentamentos Sustentáveis na Amazônia*



Fonte: Elaboração própria com base nos planos de monitoramento dos projetos



Dessa forma, o projeto contribuiu para que as atividades produtivas que mantêm a floresta em pé tenham atratividade econômica, incentivando modelos que preservam a floresta, bem como sequestram carbono com a recuperação da cobertura vegetal de áreas desmatadas.

No que se refere à Componente Monitoramento e Controle, o projeto ampliou o acesso das famílias de produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades no estado do Pará, mediante o apoio sua inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Por fim, ao utilizar instrumentos econômicos voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, mediante o pagamento a pequenos agricultores pelo desmatamento evitado, o projeto contribuiu para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

3. Metodologia Específica

Esta avaliação buscou analisar a permanência dos resultados atingidos durante o período de implementação do PAS, assim como os desdobramentos desses resultados e os impactos gerados em sua decorrência nos anos após sua finalização.

Na fase de preparação da análise, realizou-se coleta de dados de fontes secundárias, que incluíram documentos do projeto compartilhados pelo BNDES, dados públicos e materiais institucionais disponibilizados pela instituição responsável. Já para a coleta ativa de dados primários, em abril de 2024, foi realizada uma missão de campo no estado do Pará, nos municípios de Altamira, Anapu e Pacajá. Durante a missão, foram entrevistados membros da equipe técnica do projeto, o principal parceiro de implementação do projeto que foi a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), a Casa Familiar Rural de Anapu, a Feira da COOPROPAC, em Pacajá, o atual Secretário de Administração e ex Secretário de Meio Ambiente de Anapu, além dos beneficiados do projeto em suas propriedades. Ao total, oito famílias foram visitadas, quatro em cada município.

4. Contexto de Implementação do Projeto

A expansão desordenada da fronteira agropecuária na Amazônia tem sido considerada, historicamente, o principal vetor de degradação ambiental na região. Na agricultura familiar, esse desafio também está presente. Os pequenos/as agricultores, muitos assentados/as da reforma agrária, ainda praticam uma agricultura baseada no sistema de “corte e queima” da vegetação nativa. Na maioria dos casos, seguem assim pela baixa qualidade ou a falta dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) que recebem ou pela ausência de infraestrutura para o escoamento da produção. Soma-se a esses fatores, a ausência de regularização fundiária e ambiental que lhes dê segurança de permanência na terra e as dificuldades para o acesso ao crédito rural capaz de permitir a mudança no modelo de produção.

O resultado desse modelo histórico de ocupação da região tem sido o avanço do desmatamento e o posterior abandono das áreas já abertas, a reconcentração de terras e, em especial, a perpetuação de uma agricultura de baixa rentabilidade. Como no passado, a produção permanece dependente da derrubada da floresta, seguida da queima, como ferramenta para o cultivo agrícola.

Uma agricultura familiar rentável e sustentável, no entanto, é factível e pode ser a base de um modelo de desenvolvimento amazônico livre de desmatamento e conflitos sociais.

Nesse contexto, o objetivo fundamental do PAS foi o de fornecer subsídios para a construção de um modelo de agricultura familiar rentável, socialmente inclusiva e livre de desmatamento. O projeto foi concebido a partir do conhecimento acumulado em mais de uma década de trabalhos científicos e experiências do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) com inúmeros parceiros, em especial, a Fundação Viver, Produzir, Preservar (FVPP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

5. Avaliação dos Resultados

As análises a seguir consideram a permanência e os desdobramentos dos resultados alcançados cerca de 10 anos após a finalização das atividades em campo. As análises estão organizadas conforme a estrutura do quadro de indicadores do projeto acordado com o Fundo Amazônia.

Destaca-se que, no projeto *Assentamentos Sustentáveis* na Amazônia, especificamente, os indicadores são relatados de forma global para os três terri-

tórios-alvo. Os comentários, no entanto, estão fundamentados em entrevistas realizadas durante a missão de campo na região de Altamira/Anapu/Pacajá e com a coordenação do projeto em Santarém.

5.1. Resultados Alcançados

O projeto *Assentamentos Sustentáveis na Amazônia* se propôs a contribuir para a redução do desmatamento ao tornar as atividades que mantêm a floresta em pé atrativas economicamente para assentados/as no Oeste do Pará. Para isso, o projeto **i)** desenvolveu e implementou um modelo de produção sustentável; **ii)** implementou um programa de pagamento por desmatamento evitado (PSA); e **iii)** apoiou produtores/as em sua regularização ambiental.

No entanto, observa-se, na presente avaliação, que o projeto teve efeitos mais amplos, validando não somente um modelo de produção com regularização ambiental, mas sim um **modelo de promoção do desenvolvimento rural** para assentados na Amazônia. Esse modelo é composto por um serviço de **ATER** qualificado e frequente; ações de incentivo à produção, ao beneficiamento e à comercialização; processos de organização social, engajamento e formação de capacidades entre jovens; e articulação para resolução de gargalos sócioestruturais, como acesso à água potável, acesso à iluminação, organização ocupacional dos assentamentos, abertura de estradas, entre outros.

O PAS hoje é um roteiro com todos os elementos de desenvolvimento da agricultura familiar, aplicável em todo o Brasil. — Coordenação do projeto.

Os resultados gerados por essa ampla combinação de ações podem ser visualizados em detalhes no livro *Assentamentos Sustentáveis na Amazônia: agricultura familiar e sustentabilidade ambiental na maior floresta tropical do mundo*, publicado pelo IPAM em 2022 com objetivo de contribuir com a disseminação e construção desse novo modelo. Uma discussão aprofundada dos resultados do projeto também pode ser encontrada nos relatórios entregues pelo IPAM ao Fundo Amazônia, em especial no Relatório de Avaliação de Efetividade (era) e no Relatório de Avaliação de Resultados (RAR), disponíveis online no site do Fundo Amazônia. Os relatórios mostram, por exemplo, um aumento do valor comercializado na ordem de 246% e um aumento de renda bruta de 135%, ao mesmo tempo que se atingiu uma redução de 79% do desmatamento. Esses números estão entre os mais expressivos encontrados entre projetos finalizados do Fundo Amazonia e sugerem que o **combate ao**

desmatamento via agricultura familiar na Amazônia é mais efetivo quando vão **além da promoção de cadeias de Produção Sustentável** e trabalham o **desenvolvimento social, econômico e ambiental das comunidades** como um todo, como será visto a seguir.

EFEITO INDIRETO 1

Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica em assentamentos no Oeste do Pará

EFEITO DIRETO 1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas em assentamentos.

Indicador do Efeito Direto	Meta	Indicadores ao final do projeto	Varição
Receita obtida com atividades econômicas de uso sustentável	incremento de 30%	incremento de 135%	450%
Área reflorestada com SAF	90 ha	198 ha	220%
Área recuperada e utilizada para fins econômicos	900 ha	1.011 ha	112%

Indicador dos produtos	Meta	Indicadores ao final do projeto	Varição
Produto 1.1: Apoio técnico para melhoria das práticas agropecuárias e disponibilização de máquinas e implementos agrícolas beneficiando 650 famílias			
Propriedades com apoio técnico efetivo	650	638	98%
Bolsistas formados	24	30	125%
Registros das experiências produtivas	9	9	100%
Produto 1.2: Implantação de projetos demonstrativos de manejo florestal comunitário em três assentamentos			
Estruturas de armazenamento e secagem construídas	3	1	33%
Viveiros comunitários construídos	7	7 (6 ativos)	100%
Registros das experiências produtivas	3	3	100%
Produto 1.3: Pagamento por serviços ambientais (PSA) para as 350 famílias			
Mecanismo financeiro para PSA elaborado	1	1	100%
Contratos de PSA assinados	350	385	110%

Indicador dos produtos	Meta	Indicadores ao final do projeto	Varição
PSA efetuado	100% desembolsado	75% desembolsado	75%
Produto 1.4: Monitoramento do desmatamento das propriedade beneficiadas por PSA e indicadores			
Área de cobertura florestal para PSA	Redução de pelo menos 50% da média de desmatamento	Redução de 79%	158%
Matriz de indicadores de sustentabilidade elaborada	indicadores elaborados e pactuados	Matriz elaborada	100%
Matriz de indicadores de sustentabilidade aplicada nas comunidades	indicadores implementados	Disponível no SIMPAS	100%

Assistência Técnica

Para promover as atividades econômicas que mantém a floresta em pé, o PAS idealizou e implementou um modelo de **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)** de alta abrangência e qualidade, que realizou visitas regulares e individuais a todas as famílias beneficiadas pelo projeto durante todo o seu período de implementação (**Produto 1.1**).

Durante as visitas, os técnicos/as apoiaram os produtores/as em diversas ações, iniciando pela elaboração de seus diagnósticos produtivos e **Planos de Uso** para a propriedade, passando pela orientação técnica para a adoção de práticas agroecológicas, distribuição de insumos e disponibilização de maquinário para uso na produção, manejo das áreas cultivadas, elaboração do CAR, orientação na construção das estruturas de beneficiamento e apoio nos processos de comercialização e organização social. A equipe técnica acompanhou os produtores/as ainda na construção dos viveiros comunitários e individuais (**Produto 1.2**) e orientou os alunos das Escolas Familiares Rurais em seus estágios de campo (**Produto 1.1**).

Durante a missão de campo, foi unânime a posição dos beneficiários/as do projeto quanto ao serviço prestado pela equipe de ATER: único e diferenciado por estar sempre presente e por não dizer aos produtores o que deveriam fazer em seus lotes. Ao contrário, apoiavam os produtores na adoção de novas práticas, respeitando seus desejos e visões para a propriedade, de acordo com o Plano de Uso elaborado (**Produto 2.2.1**).

O projeto do IPAM foi o melhor que já apareceu aqui na região, porque eles nos respeitavam e favoreciam o trabalhador. Os outros projetos querem nos dizer o que fazer sem ouvir a nossa vontade”.

— Beneficiário, agricultor familiar.

O acompanhamento da equipe de ATER foi tão amplo e tão presente, que pode-se dizer que eles atuaram como **agentes de desenvolvimento rural**, tendo sido cruciais para os resultados alcançados e sua efetividade no longo prazo. Isso permitiu à equipe do IPAM construir uma identidade local digna da confiança de seus beneficiários/as, com lastro suficiente para gerar impactos em políticas públicas de ATER e potencial para ganho de escala em nível nacional.

Já na época da finalização do projeto, em 2017, o IPAM vinha contribuindo para a elaboração de editais de contratação técnica do INCRA), trazendo elementos de seus aprendizados do PAS. — Coordenação do projeto

A partir de 2023, as relações com o INCRA se estreitaram e as duas instituições estão, atualmente, em vias de formalizar um acordo de cooperação com intuito de trazer esses aprendizados para a atuação do INCRA em território nacional. Outra **parceria importante para trazer escala** ao modelo de ATER do PAS vem sendo desenhada com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), com a qual o IPAM está, atualmente, elaborando um projeto para viabilizar assistência técnica nos moldes do PAS nos municípios com maior índice de desmatamento na Amazônia.

Em nível estadual, o IPAM é membro da Câmara Técnica de ATER do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e vem pautando, nesse âmbito, os aprendizados obtidos na implementação do projeto, contribuindo para as discussões e construção de políticas públicas estaduais.

É crucial também a oferta continuada de assistência técnica, mesmo que de maneira híbrida e mais espaçada, para orientar os produtores nas melhores práticas, visando garantir renda desvinculada ao desmatamento.

O modelo de ATER desenvolvido pelo IPAM, no entanto, passa pelo gargalo financeiro, tendo um alto custo de implementação (especialmente de logística) que dificulta seu ganho de escala. Para reduzir os custos, o IPAM aposta em sua estratégia atual de atendimento híbrido: parte presencial e parte virtual. Para isso, desenvolveu um aplicativo que começará a fase de

testes no segundo semestre de 2024. O próximo passo será a formalização desse tipo de atendimento nas instituições de ATER públicas.

Adoção de Novas Práticas

Em seu Relatório de Avaliação de Efetividade (era) de 2022, o IPAM reportou que cinco anos após o encerramento das atividades do projeto, mesmo com 88% das famílias beneficiadas sem receber apoio técnico, 98% ainda estavam realizando as atividades produtivas nas áreas recuperadas apoiadas pelo PAS e 9% haviam ampliado suas áreas de sistemas agroflorestais (SAFs). Observações durante a missão de campo da presente avaliação ratificaram tais dados, indicando a **adoção efetiva da transição produtiva**.

O respeito às aspirações individuais dos beneficiários/as, por meio da elaboração e implementação dos **Planos de Uso**, pode ter sido um elemento chave na efetividade da adoção das novas práticas. Como os produtores/as concretizaram a visão construída por eles mesmos para sua propriedade, tendem a manter as novas práticas e sistemas de produção.

Algumas áreas, no entanto, vêm **perdendo produtividade** devido a falhas de manejo, pois, com o fim do projeto, veio a redução da assistência técnica e da oferta gratuita de insumos. Além disso, a **dificuldade em acessar crédito** para investir na produção em um modelo mais sustentável, como o agroecológico e os SAFs, também dificultou a adequada manutenção das áreas produtivas.

Pagamento Por Serviços Ambientais (PSA)

O pagamento por serviços ambientais ofertado a 350 beneficiários/as do PAS (**Produto 1.1**) na região da Transamazônica levou a uma redução no desmatamento nas propriedades beneficiadas de 83%, como reportado.



Área de SAF de cacau implementada com apoio do Projeto Assentamentos Sustentáveis.

Foto: Cecília Simões

O recurso recebido era utilizado para investimentos na transição produtiva, contribuindo assim também para a efetiva adoção das novas práticas, como visto anteriormente.

O recurso do PSA fez diferença, compensava deixar de desmatar para receber esse dinheiro e investir na produção. — Beneficiário do projeto.

Durante o projeto, alguns produtores/as beneficiados pelo PSA abriram novas áreas de floresta e foram, portanto, desligados/as do programa. Em entrevista durante a missão de campo, um desses produtores relatou ter desmatado para evitar que os macacos da área florestada de seu próprio lote viessem comer o cacau cultivado no SAF. Dificuldades como essa levaram a aprendizados importantes, como a alocação adequada das áreas de PSA.

Estávamos perdendo toda a produção, então não tive opção, tive que cortar as árvores. — Beneficiário do projeto.

Atualmente, todos os agricultores/as familiares entrevistados relataram ter aberto novas áreas para ampliar sua produção, indicando que o PSA precisa ser de maior duração para ser efetivo.

Um desdobramento de alta relevância do projeto foi sua contribuição para a formulação da **Lei Nacional de PSA** - Lei 14.119 de 13 de janeiro de 2021, que regulamenta as remunerações a quem protege a natureza e mantém os serviços ambientais funcionando. O IPAM foi uma das instituições líderes do grupo de trabalho que construiu a Lei de PSA.

Nós usamos muito do que aprendemos com o pagamento por serviços ambientais no PAS para contribuir com a elaboração da Lei de PSA. — Coordenação do projeto .

EFEITO DIRETO 2.1 Cadeias dos produtos agroflorestais de assentamentos com valor agregado ampliado.

Indicador do Efeito Direto	Meta	Indicadores ao final do projeto	Variação
Receita obtida com atividades econômicas de uso sustentável	incremento de 30%	incremento de 135%	450%

Indicador dos produtos	Meta	Indicadores ao final do projeto	Varição
Produto 2.1: Elaboração de planos de negócio para comercialização de produtos de 20 organizações comunitárias			
Organizações comunitárias capacitadas em gestão de negócios	20	20	100%
Planos de negócio elaborados	20	20	100%
Parcerias estabelecidas para comercialização de produtos	8	39	487%
Produto 2.2: Implantação de estruturas de beneficiamento de produtos agroflorestais em 20 organizações comunitárias			
Estruturas de beneficiamento montadas	20	19	95%

Comercialização

Para medir o aumento no valor agregado dos produtos de cadeias agroflorestais ao final do projeto, o IPAM mapeou um **incremento de 135% na receita bruta** das famílias beneficiadas ao longo dos quatro anos de atividades e, **cinco anos após sua finalização, um aumento de 79%** nessa receita, segundo o RAE de 2022. Esse aumento significativo está conectado diretamente ao trabalho de planejamento comercial e de beneficiamento proporcionados pelo projeto, que permitiram aos produtores/as diversificarem seus parceiros comerciais, incluindo especialmente os mercados institucionais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Alimenta Brasil (PAB) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No RAE de 2022, o IPAM destaca que um efeito não previsto pelo projeto foi o aumento do grau de empreendedorismo entre as famílias, que antes não conheciam programas como o PAA, PAB ou PNAE e não sabiam qual era a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), por exemplo. Também não sabiam como se organizar para concorrerem a editais e participarem de processos licitatórios, seja individual ou coletivamente. Atualmente, mesmo após a finalização do projeto, os **mercados institucionais continuam sendo um dos principais canais de comercialização** dos assentados, de forma individual ou através de associações.

Por meio do projeto, formaram-se também dois canais de **comercialização direta** com os consumidores que seguem ativos. Na região da Transamazônica, a Feira de Produção Familiar de Pacajá foi iniciada por uma provocação da equipe do IPAM, que apoiou a formação de sua cooperativa, a Cooperativa de Produtores Familiares Rurais de Pacaja (COOPROPAC), que

conta hoje com 36 cooperados. A cooperativa passou por um processo gradual de crescimento **baseado em fortes parcerias**: começou com tendas na rua, em parceria com a prefeitura, até que recebeu do governo municipal a doação de um terreno. Com recursos do BNDES, a cooperativa construiu um barracão onde foi instalada a feira permanente, aberta diariamente à comunidade. Em meados de 2018/19, receberam ainda a doação de um caminhão da Eletrobrás, para transporte da produção. Durante a pandemia de covid-19, a feira ficou fechada, voltando a abrir com o final das restrições sociais. Após a pandemia, verificou-se uma redução no público e também na produção, mas seus organizadores veem uma lenta retomada desde o início de 2023.




Foto: Cecília Simões

Barracão da Feira da Coopropac em Pacajá.

A COOPROPAC vende sua produção também para mercados institucionais, que representaram uma renda de cerca de R\$ 10 mil por família em 2023. Com mais da metade de seus cooperados sendo mulheres, essa comercialização tem gerado resultados efetivos de **empoderamento e autonomia das mulheres**.

Tradicionalmente, o homem cuida do gado e a mulher cuida da roça e do quintal. Então o que elas vendem aqui fica para elas, que estão se empoderando e buscando sua independência financeira do marido.

— Coordenação da feira.



Já na região do Tapajós, formou-se a Rede de Comercialização Solidária do Tapajós. Em consequência da pandemia de covid-19, diversos produtores/as da rede se desmobilizaram, mas as vendas continuam acontecendo até o presente momento, com algumas famílias comercializando através do PAA. Além disso, a participação nos **mercados institucionais** impulsionou também as mulheres do Tapajós a criarem o chamado **Grupo Agroecológico das Mulheres**. Elas vendem, até hoje, sua produção por meio de um grupo do Whatsapp, realizando entregas semanais na cidade de Santarém. O grupo participa ainda de duas feiras na região: a Feira de Agroecologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e a Feira do Tapajós Orgânicos.

O IPAM relata ainda que, em consequência da pandemia, fortaleceu-se o **mercado de produtos diferenciados** (orgânicos e agroecológicos) para estabelecimentos como restaurantes, padarias e supermercados, especialmente para os produtos das agroindústrias apoiadas pelo projeto nas cadeias de polpa de frutas e farinha de mandioca.

Beneficiamento

O projeto previa, inicialmente, o investimento em 20 unidades de beneficiamento alocadas em organizações comunitárias distribuídas entre os três territórios-alvo do projeto. Durante a implementação, no entanto, verificou-se um baixo nível de maturidade institucional nessas organizações e, em comum acordo com a equipe do Fundo Amazônia, optou-se pelo investimento em somente uma agroindústria de leite para uma cooperativa (Cooperativa dos Produtores de Leite da Vila Bom Jardim - Cooperlight) e outras 18 agroindústrias para produtores individuais que já trabalhassem com as cadeias de valor escolhidas (frutas e mandioca) e tivessem uma boa relação comercial com o mercado.

A missão de campo permitiu verificar que as **estruturas de beneficiamento** construídas durante o projeto **permanecem ativas** na maioria das propriedades, tendo sido ampliado o **acesso a diferentes mercados**, especialmente os institucionais, como PAB e PNAE, e contribuído para o **aumento na renda** de diversas famílias nos assentamentos (**Produto 2.2**). Essas pequenas agroindústrias familiares dificilmente teriam sido construídas sem a presença do projeto, pois dependiam de financiamento que raramente é acessado por produtores familiares na região, devido a diversos gargalos no acesso ao crédito.

Um dos produtores visitados em 2024, relatou ter deixado de utilizar sua agroindústria de polpas por ter dificuldade de manejar a produção devido à ida-



Foto: Cecília Simões

Farinheira de beneficiário do Projeto Assentamentos Sustentáveis em Pacajá.

de avançada, indicando a necessidade de haver um planejamento prévio antes da doação, considerando aspectos sucessionais. Esse foi o caso, por exemplo, em uma outra propriedade visitada, em que o filho do beneficiário já falecido seguiu produzindo polpas de fruta, buscando, atualmente, a ampliação da agroindústria e a diversificação dos canais de comercialização, incluindo a exportação.

Antes do PAS a gente só produzia cacau, gado e açaí. O PAS deu a despoldadeira, o freezer e a estrutura pra indústria, e hoje a nossa maior fonte de renda é a despoldadeira. — Beneficiário do projeto.



Foto: Cecília Simões

Produtos de despoldadeira financiada pelo projeto, em processo de ampliação em 2024.

EFEITO DIRETO 3. Capacidade gerencial e técnica ampliadas para a implantação de sistemas agroflorestais, atividades de manejo florestal e produção agroextrativista em assentamentos.

Indicador do Efeito Direto	Meta	Indicadores ao final do projeto	Varição
Assentados participantes das atividades de disseminação do projeto	500	1.633	327%
Assentamentos com participação em reunião nos Conselhos Municipais	3	3	100%

Indicador dos produtos	Meta	Indicadores ao final do projeto	Varição
Produto 3.1: Reestruturação das cadeias de governança de três assentamentos (cogestão)			
Lideranças envolvidas nos grupos de trabalho	60	96	160%
Cursos de capacitação em gestão para lideranças	3	16	530%
Assentamentos com Conselho do Assentamento constituído	3	3	100%
Assentamentos com infraestrutura básica	3	3	100%
Assentamentos com diretrizes e estratégias de gestão elaboradas	3	3	100%
Produto 3.2: Fortalecimento das redes de assentamentos e disseminação do conhecimento adquirido com o projeto			
Produtores sensibilizados	270	559	207%
Participantes de intercâmbio	15	233	1.553%
Seminários organizados	4	4	100%
Participação em eventos	50	164	328%
Boletins informativos publicados	8	10	125%
Vídeo documentário, livro final e evento de encerramento do projeto	1 de cada produto	Evento de encerramento realizado, vídeo documentário elaborado. Livro publicado.	100%
Produto 3.3: Capacitação técnica de 90 assentados em manejo florestal comunitário			
Oficinas de manejo sustentável	9	10	111%
Assentados capacitados nas práticas de manejo sustentável	90	275	305%
Planos de manejo elaborados	3	3	100%

Organização Social e Desenvolvimento Rural


Com intuito de trazer maior representatividade às comunidades locais em seu próprio território e promover **resultados mais sustentáveis que pudessem ser institucionalizados**, o PAS trabalhou para incluir representantes dos assentamentos em estruturas de governança pré-existentes (**Produto 3.1**), como os Conselhos Municipais. Após a finalização do projeto, lideranças do Projeto de Assentamento (PA) Moju, em Santarém, que receberam formação durante o projeto ocupam ainda vagas nos Conselhos Municipais de Agricultura, de Saúde e de Educação. Nos PAs Bom Jardim e Cristalino, na região de Altamira, atualmente, não há lideranças do assentamento participando de conselhos municipais.

A coordenação do projeto acredita que a representatividade se manteve em Santarém pois as **lideranças estão associadas a uma estrutura de governança comunitária anterior ao projeto**, a Central das Associações dos Assentados de Reforma Agrária do Estado do Pará (CAAREAPA). Embora parte dos membros da CAAREAPA tenha se desmobilizado durante a pandemia, a Central segue se reunindo pelo menos uma vez ao ano. Além disso, foi relatado que as associações participantes da Central começaram a ganhar seu próprio fôlego e, assim como a própria CAAREAPA, passaram a atuar sobre o componente de controle social.

O grande legado do PAS foi ser um projeto das organizações sociais, de fortalecimento das suas ações. — Coordenação do projeto

Com apoio e formação oferecidos pelo projeto, essas organizações, incluindo a CAAREAPA, se aproximaram de órgãos governamentais, como INCRA, prefeituras e Serviço Florestal Brasileiro (SFB), e passaram a atuar como articuladores de políticas públicas de água, luz, titulação da terra e Cadastro Ambiental Rural (CAR). Além disso, recentemente, as organizações sociais do Tapajós começaram a dialogar sobre projetos de crédito de carbono, discutindo oportunidades e avaliando a implementação de projetos privados que já estão acontecendo na região. A formação de lideranças e capacitação dessas associações pelo PAS, portanto, tem impactos efetivos na construção e implementação de novas estratégias para controle do desmatamento no Tapajós.

O PAS também trabalhou para formar novas estruturas, tais como os Conselhos de Assentamentos e as Redes de Assentamentos. As novas estruturas formadas, no entanto, eram animadas pela atuação do IPAM e, com o



fim do projeto, acabaram sendo desativadas na região da Transamazônica. O período coincidiu com mudanças na gestão de governos municipais e federal, incluindo a extinção do escritório do INCRA em Altamira e a redução drástica no diálogo com órgãos governamentais. A ausência de um propósito claro de incidência, assim como a baixa expectativa de um impacto real, pode ter afetado a disposição dos membros para seguir se reunindo.

A atuação dessas **instâncias de governança** durante a implementação do PAS, no entanto, foi bastante efetiva, gerando **resultados coletivos** que permanecem até hoje. Por meio da incidência nos conselhos e articulação com poder público, as lideranças trouxeram instrumentos de **desenvolvimento rural** para os assentamentos, melhorando sua infraestrutura por meio, por exemplo, do acesso à água potável, instalação de postes de energia elétrica, abertura de estradas e abertura de escolas e postos de saúde (**Produto 3.1**). Essas melhorias contribuem para a resiliência das famílias, aumentando sua qualidade de vida e promovendo o desejo de permanência na terra.

Mulheres

A questão de gênero no PAS foi abordada por meio do incentivo à participação das mulheres em todas as reuniões, oficinas e capacitações. Nesses eventos, exigia-se a **participação mínima de 30% de mulheres** e, em consequência de um esforço grande de mobilização e engajamento da equipe técnica, comumente, **elas representavam 50% a 60%** dos presentes.

O resultado direto desse engajamento foi um **sentimento de pertencimento** gerado nas mulheres: em diferentes elos das cadeias de valor, em posições de liderança e em ambientes de discussão e construção coletiva. O mesmo efeito pôde ser visualizado entre os **jovens que acompanharam seus pais** durante a implementação do projeto e, hoje, estão à frente das propriedades, das organizações sociais, dos conselhos e das secretarias municipais, especialmente no Tapajós. **As mulheres são hoje a maioria das lideranças** nas associações do Tapajós, estando na presidência também da CAAREAPA.

A participação das mulheres nas capacitações gerou ainda seu maior envolvimento na comercialização dos produtos. Por ficarem responsáveis pela chamada roça, onde se plantam os alimentos agroecológicos e orgânicos, foram também as **mulheres que lideraram as vendas** para os mercados institucionais e a participação nas feiras e em outros canais de comercialização. O **aumento de renda** gerado por essa maior participação no mercado foi geralmente **utilizado para melhorar a produção ou beneficiamento**.

Onde a mulher ocupa um lugar na produção, também tem uma lógica de reinvestimento diferente do homem. A mulher consegue olhar para o empreendimento no longo prazo, decidindo quando comprar, quando investir, para quem vender, etc. — Coordenação do projeto.

Fortalecidas em seu sentimento de pertencimento, as mulheres do Tapajós têm participado da Marcha das Margaridas e percebem sua contribuição em conquistas políticas, como na Lei 14.660/2023, que determina que grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar terão prioridade na venda de alimentos destinados ao PNAE.

Manejo Florestal Comunitário

Transcorrido o tempo de aprovação do projeto, no início da implementação, percebeu-se que, na Transamazônica, não havia as condições mínimas para o manejo florestal. Os três planos elaborados foram no Tapajós, onde houve continuidade após a finalização do PAS por meio de parceria firmada com a Cooperativa Mista da Flona Tapajós (COOMFLONA), uma organização de moradores da Flona, que vem atuando com o manejo florestal comunitário madeireiro e não-madeireiro. A Cooperativa elaborou os planos de manejo e, nos anos seguintes ao fim do projeto, conquistou resultados, como a emissão de duas anuências para áreas de manejo florestal comunitário emitidas pelo INCRA, a emissão de duas Autorizações Prévias à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável (APATs) e dois Planos Operacionais Anuais (POA), pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS).

Por meio de empresas terceirizadas pela COOMFLONA, a comunidade de São Miguel, no PA Moju, está, atualmente, implementando seu plano de manejo e realizando a extração de produtos madeireiros em seu território. Outras duas comunidades, a de Princesa Isabel e a de Santa Rita, também aprovaram seus planos de manejo comunitário junto à SEMAS, sendo que a última também vem executando seu plano de maneira independente de empresas terceirizadas.

Ainda no PA Moju, o Plano de Manejo previa a exploração de produtos não-madeireiros. Atualmente, as mulheres seguem extraíndo, beneficiando e comercializando o óleo e a amêndoa de andiroba, especialmente para empresas de cosméticos. A exploração, no entanto, vem sendo feita somente de maneira individual, e não coletiva, por meio do plano de manejo.

EFEITO INDIRETO 2: Atividades antrópicas no Oeste do Pará adequadas à legislação ambiental.

Indicador do Efeito Indireto	Meta	Indicadores ao final do projeto	Varição
Número de propriedades com mapeamento georreferenciado realizado aptas para fins de Cadastramento Ambiental Rural (CAR)	1.300	1.300	100%
Nº de propriedade rurais georreferenciadas	650	2.710	417%
Área de propriedades rurais georreferenciadas	58.955 ha	268.985 ha	456%
Número de proprietários rurais com processo iniciado de regularização ambiental	650	1.300 CAR	200%
Área de propriedades rurais com processo iniciado de regularização ambiental	58.955 ha	101.657	172%

EFEITO DIRETO 2.2.1 Acesso ampliado dos assentamentos à regularização ambiental

Indicador do Efeito Direto	Meta	Indicadores ao final do projeto	Varição
Número de propriedades com mapeamento georreferenciado realizado aptas para fins de Cadastramento Ambiental Rural (CAR)	1.300	1.300	100%

Indicador dos produtos	Meta	Indicadores ao final do projeto	Varição
Produto 2.2.1: Atualização dos planos de uso (PU) de 350 unidades de produção familiar			
PU elaborados no nível de propriedade	350	650	186%
Acordos comunitários assinados	15 grupos comunitários com 350 proprietários com acordo comunitário assinado	-	-

EFEITO DIRETO 2.2.2 Áreas de terras com regularização ambiental ampliadas em assentamentos no entorno da BR-230 – Rodovia Transamazônica

Indicador do Efeito Indireto	Meta	Indicadores ao final do projeto	Varição
Nº de propriedade rurais georreferenciadas	650	2.710	417%
Área de propriedades rurais georreferenciadas	58.955 ha	268.985 ha	456%
Número de proprietários rurais com processo iniciado de regularização ambiental	650	1.300	200%
Área de propriedades rurais com processo iniciado de regularização ambiental	58.955 ha	101.657 ha	172%

Indicador dos produtos	Meta	Indicadores ao final do projeto	Varição
Produto 2.2.2: Realização de georreferenciamento e cadastro de 350 unidades de produção familiar			
Propriedades com georreferenciamento e limite de cobertura florestal georreferenciados	650	2.710	417%
Propriedades com planta e memorial descritivo por propriedade	650	-	-

Cadastro Ambiental Rural [CAR]

Inicialmente, o projeto previa a regularização ambiental e territorial dos lotes de assentamentos de seus beneficiados. Com o início das atividades e do processo de articulação com o órgão responsável, o INCRA, o IPAM identificou gargalos para a regularização fundiária que impediriam o atingimento das metas no período de execução do projeto. Em comum acordo com o Fundo Amazônia, o IPAM optou então por focar no processo de regularização ambiental, representado pela inscrição dos assentados no Cadastro Ambiental Rural, o CAR.

Nesse campo, o IPAM fez o mapeamento georreferenciado de todos os lotes dos assentamentos trabalhados no PAS e realizou o registro no CAR de 1.300 lotes (Produto 2.1 e 2.2). A malha de registros no CAR do PA Moju segue sendo, até hoje, a mais completa do estado, devido ao seu alto número de cadastros com apoio do IPAM.

6. Análise dos Critérios de Avaliação da OCDE e Salvaguardas de REDD+, e Transversais

6.1. Análise dos Critérios de Avaliação da OCDE

Evidências	Avaliação
CRITÉRIO RELEVÂNCIA	
<ul style="list-style-type: none"> • O projeto desenvolveu e implementou um modelo de Desenvolvimento Rural para assentamentos na Amazônia, com potencial de escala para o Brasil inteiro. • O projeto promoveu, por meio desse modelo, a transição produtiva, aumento no beneficiamento e comercialização de produtos sustentáveis, maior nível de organização social, engajamento e formação de jovens e articulação para resolução de gargalos, como acesso a água potável, acesso à iluminação, organização ocupacional dos assentamentos, abertura de estradas, entre outros. • O projeto também desenvolveu um modelo de ATER baseado em visitas individuais frequentes e acompanhamento permanente de alta qualidade, com oferta de insumos e diversas oportunidades de capacitação. Os aprendizados desse modelo de ATER vêm sendo utilizados na formulação de políticas públicas de ATER atualmente em desenvolvimento pelo INCRA e pela ANATER. • Por meio do PAS, o IPAM testou ainda um programa de Pagamento por Serviços Ambientais que remunerou famílias por seu desempenho na redução do desmatamento. O programa obteve resultados positivos e seus aprendizados contribuíram para a formulação da Lei de PSA do Brasil - Lei 14.119 de 13 de janeiro de 2021. • O PAS contribuiu ainda para a implementação do Código Florestal, por meio do CAR. O projeto registrou 1.300 lotes de assentamentos e compartilhou as lições aprendidas no âmbito do Grupo de Trabalho CAR em Assentamentos, coordenado pela SEMAS/PA com participação do INCRA entre outros. 	Relevantes
CRITÉRIO EFICÁCIA	
<p>Os objetivos do projeto foram atingidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) as famílias seguem adotando sistemas de produção mais sustentáveis e produtivos; (ii) os produtos agroflorestais seguem sendo produzidos e comercializados, representando aumento significativo na renda bruta das famílias; (iii) as capacidades desenvolvidas têm possibilitado manter os sistemas de produção e estratégias comerciais com considerável autonomia pelas famílias e seus parceiros; (iv) 1.300 assentados tiveram sua inscrição realizada no CAR, iniciando seu processo de regularização ambiental. Diversas famílias realizaram a abertura de novas áreas desde o final do projeto, o que deve ser identificado pela SEMAS e encaminhado para regularização conforme sejam realizadas as análises do CAR. 	Medianamente Eficaz
CRITÉRIO EFICIÊNCIA	
<ul style="list-style-type: none"> • Os recursos disponibilizados pelo Fundo Amazônia foram utilizados para realizar as atividades previstas de maneira adequada e eficiente. • Foram duas as principais fontes de gastos no projeto: a maior parte dos recursos foi utilizada na logística do serviço de assistência técnica, devido às grandes distâncias percorridas com alta frequência, pela equipe do projeto. Além disso, o projeto também investiu na compra de insumos para os SAFs e de maquinários para as agroindústrias familiares. 	Eficiente

CRITÉRIO IMPACTO

- Os principais impactos gerados pelo projeto puderam ser medidos quantitativamente por meio dos seguintes indicadores: **aumento do valor comercializado** pelas famílias da ordem de 246%, **aumento de renda bruta** alcançado pelos assentados assistidos na ordem de 135%, e **redução de 76% do desmatamento** em seus lotes.
- De maneira qualitativa, pode-se dizer que o maior impacto do projeto foi promover um **modelo de desenvolvimento rural** que demonstrou que é possível uma agricultura familiar na Amazônia livre do desmatamento e com melhoria econômica.

Impactos quantitativos

CRITÉRIO SUSTENTABILIDADE

- Após o PAS, foram implementados ao menos sete novos projetos que permitiram a continuidade de ações ligadas a parte das famílias atendidas pelo projeto, mas também **novos projetos** que inspirados no PAS **beneficiam hoje outros agricultores** familiares de outras regiões.
- A sustentabilidade dos resultados também foi proporcionada por **ações de parceiros** do projeto, como as Casas Familiares Rurais. A Casa de Anapu, por exemplo, mantém o viveiro de mudas implantado pelo PAS, gerando recurso financeiro para escola e a doação de mudas para as famílias dos alunos implantarem em suas propriedades. O viveiro também é considerado um importante laboratório de ensino para os alunos.

Sustentabilidade alta

6.2 Análise das Salvaguardas de Cancun

Salvaguarda	Atende	Observação
Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes	Sim	Este projeto contribui mais especificamente para o resultado esperado 1.1 Bioeconomia, sociobiodiversidade, agroecologia e transição agroecológica ampliadas e fortalecidas na Amazônia do PPCDam (Objetivo 1: Estimular Atividades Produtivas Sustentáveis), ao promover a produção de cacau em SAFs e a produção agroecológica de horti-frutis. O projeto contribuiu ainda para a implementação do Código Florestal Brasileiro, ao realizar o registro de 1.300 agricultores/as assentados/as em sua ferramenta de regularização ambiental, o Cadastro Ambiental Rural.
Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional	N/A	Não se verificou contribuições específicas do projeto a este aspecto.
Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	N/A	O projeto teve como público alvo assentados da reforma agrária, e não beneficiou diretamente comunidades tradicionais e indígenas.
Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16	N/A	

Salvaguarda	Atende	Observação
Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 1611 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais	Sim	O projeto incentivou a proteção e conservação de florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos ao promover a restauração de áreas desmatadas com sistemas agroflorestais, a adoção de sistemas agroecológicos de produção, ao estruturar viveiros para produção de mudas para recuperação de florestas, e ao implementar um programa de pagamento por serviços ambientais, qual seja o desmatamento evitado.
Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+	N/A	Não é aplicável.
Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas	N/A	Não é aplicável.

6.3 Análise dos Critérios Transversais

Critério	Atende	Observação
REDUÇÃO DA POBREZA		
<ul style="list-style-type: none"> Em que medida o projeto contribuiu de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais? Em que medida o projeto influenciou positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários (principalmente: comunidades tradicionais, assentados/as e agricultores/as familiares) que vivem na sua área de atuação? O projeto conseguiu promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável? 	Sim	O projeto promoveu o aumento da produção de alimentos por meio de métodos sustentáveis como Sistemas Agroflorestais e Agroecologia, gerando maior segurança alimentar nos territórios alvo, e apoiou a ampliação da comercialização, trazendo um aumento bruto de 135% na renda das famílias beneficiadas durante a implementação do projeto. O aumento na renda foi efetivo, tendo sido novamente verificado 5 anos após a finalização do projeto, quando alcançou a taxa de 79%.
EQUIDADE DE GÊNERO		
<ul style="list-style-type: none"> O projeto conseguiu integrar questões de gênero nas suas estratégias e intervenções ou tratou do assunto de forma isolada? Como? Havia separação por gênero na coleta de dados para o planejamento e o monitoramento do projeto? Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero? 	De forma parcial	As questões de gênero foram endereçadas por meio do incentivo à participação das mulheres nas atividades do projeto (com a meta de mínimo de 30% de participação feminina), assim como no protagonismo social. Assim, atualmente mais da metade das organizações sociais apoiadas pelo projeto (associações e cooperativas) são hoje lideradas por mulheres, algumas formadas exclusivamente por mulheres. Além disso, as mulheres representam mais da metade dos contratos de venda institucional de alimentos, formalizados com apoio do projeto. Na feira da COOPROPAC, formada durante o projeto e atualmente com instalações próprias no município de Pacajá, novamente mais da metade dos membros é de mulheres, assim como a presidente da cooperativa.

7. Avaliação Geral

Aspectos Positivos

- O projeto foi construído utilizando um “cardápio” de investimentos em diversas potenciais cadeias produtiva. Foi acordado com o Fundo Amazônia que a escolha pelos investimentos e cadeias de valor mais adequados seria feita durante a implementação, conforme as condições se apresentassem em campo. Isso trouxe uma **flexibilidade na implementação** que foi crucial para o sucesso do projeto, que pôde se adequar à realidade evitando desperdício de recursos e maior engajamento de beneficiários.
- Por meio do projeto, o IPAM estabeleceu **parcerias** com instituições-chave na região, que foram mantidas até os dias atuais, perpetuando impactos territoriais. Destaca-se aqui a parceria com a Fundação Viver, Produzir, Preservar (FVPP), com quem o IPAM segue atuando como parceiro na implementação de outros projetos; com as Casas Familiares Rurais, que ainda mantém um dos viveiros comunitários e continuam recebendo apoio com difusão de tecnologias e doações de insumos pelo IPAM; com o INCRA, com quem o IPAM vem construindo um acordo de cooperação para dar escala ao modelo de ATER desenvolvido no projeto.
- Os bons resultados alcançados alavancaram a captação de ao menos sete novos projetos que permitiram não somente continuar atendendo diversas famílias beneficiadas pelo projeto como também expandir o modelo desenvolvido pelo PAS para outras regiões do país.
- Os aprendizados gerados durante o projeto têm abastecido as discussões e construção de políticas públicas cruciais para o desenvolvimento rural de assentados na Amazônia e para os esforços de conservação da floresta, tais como a Lei de PSA, o modelo de ATER da ANATER e do INCRA e a implementação do CAR. Esses efeitos têm potencial para escalonar e trazer maior efetividade aos resultados obtidos pelo PAS.

Desafios para a Efetividade


- Durante a implementação, percebeu-se que as organizações sociais na maioria dos territórios-alvo estavam fragilizadas, e optou-se por focar parte dos investimentos do projeto em produtores individuais. Embora a mudança tenha gerado resultados positivos em nível individual e tenha feito sentido em termos de efetividade, não foi possível assim atuar de maneira

mais estruturante, com maior escala e sustentabilidade no longo prazo.

- O alto custo do modelo de ATER inviabilizou a continuidade do serviço a todas as famílias beneficiadas ao final do projeto. O alto custo também é o maior gargalo para o ganho de escala do modelo, muito embora ele tenha grandes méritos, com potencial para gerar o desenvolvimento rural em assentamentos de todo o país.
- A ausência de ATER, acompanhada da retirada do INCRA de Altamira e da fragilização das estruturas de comando e controle ao final do projeto, contribuiu para o incremento no desmatamento e reduziu a efetividade dos resultados.
- Organizações sociais formadas pelo projeto (conselhos dos assentamentos), assim como a participação de lideranças nos conselhos municipais, não se sustentaram após a finalização das atividades, com exceção da região de Santarém, onde as lideranças estavam associadas a uma cooperativa de organizações pré-existente ao projeto. Isso indica que pode ser necessário um maior tempo de acompanhamento para consolidar a formação de organizações sociais e que o ideal é que elas estejam associadas a estruturas pré-existentes.

8. Conclusão e Lições Aprendidas

- A transição para modelos de produção sustentáveis (agroecológico, SAFs e manejo comunitário) foi realizada com sucesso e de maneira efetiva, se mantendo até os dias atuais.
- O projeto contribuiu, de forma direta, para redução de emissões de carbono por meio de seu programa de PSA e, indiretamente, para o aumento da resiliência da agricultura familiar em regiões de expansão do agronegócio predatório. Com a finalização do projeto, no entanto, as taxas de desmatamento voltaram a subir seguindo a tendência nacional durante o período.
- A redução do desmatamento requer uma estratégia de incidência que abranja não somente o fomento às atividades sustentáveis, mas também a promoção do desenvolvimento rural como um todo, incluindo melhorias sociais e estruturais.

- 
- Para oferecer um serviço de ATER capaz de promover o desenvolvimento rural nos territórios, é preciso pensar em estratégias alternativas que reduzam custos. O sistema de ATER híbrido, proposto pelo IPAM e baseado nas lições do projeto, pode ser uma dessas alternativas, com potencial para rápido ganho de escala em todo o Brasil.
 - As parcerias realizadas pelo IPAM para implementar o PAS se mostraram essenciais, tanto para a realização das atividades, quanto para a **sustentabilidade e efetividade dos resultados** no longo prazo. Boas parcerias garantem maior engajamento, facilidade de implementação e maiores possibilidades de continuidade da estratégia.



Por meio da:



MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS**

MINISTÉRIO DO
**MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA**

